

POR UMA GENEALOGIA FOUCAULTIANA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA: ADAM SMITH E O NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA

Danielle Cristina Guizzo, Universidade Federal do Paraná
danielleguizzo@gmail.com

Iara Vigo de Lima, Universidade Federal do Paraná
iaravigo@ufpr.br

Recibido: 4 de febrero de 2014

Aceptado: 4 de junio de 2014

Resumo: Este artigo fornece uma leitura crítica do papel das recomendações políticas e econômicas de Adam Smith feitas em *A Riqueza das Nações* como sendo as principais responsáveis pela emergência da biopolítica. Visto que os escritos de Smith sobre a ação do Estado na esfera econômica e social fornecem maiores desenvolvimentos sobre como o Estado deveria lidar com sua população, os argumentos do filósofo Michel Foucault sobre a biopolítica, considerada como uma nova tecnologia de poder definiram a economia política clássica como o principal saber responsável pela racionalização das práticas biopolíticas no final do século XVIII. Deste modo, a genealogia da economia política smithiana se faz necessária para investigar as condições estratégicas de possibilidade e emergência da biopolítica, além de enfatizar as origens, especificidades, continuidades e descontinuidades no discurso de Smith que foram relevantes na mudança estrutural do poder e conduta do Estado.

Palavras-Chave: Adam Smith, Biopolítica, Genealogia, Michel Foucault.

Abstract: This paper provides a critical reading of the role played by Adam Smith's political and economic recommendations written in *The Wealth of the Nations* as the main responsible force to the emergence of biopolitics. Inasmuch Smith's writings regarding State action in economic and social sphere provide greater developments on how should the State deal with its population, Michel Foucault's argument regarding biopolitics as a new technology of power defines classical political economy as the knowledge which is the main responsible for rationalizing biopolitical practices in the end of 18th century. Thus, a genealogy of Smithian political economy is required to investigate its strategic conditions of possibility and emergence, as well as to emphasize its origins, specificities, continuities and discontinuities which have been relevant in changing State's power and conduct in a structural manner.

Key Words: Adam Smith, Biopolitics, Genealogy, Michel Foucault.

Resumen: Este trabajo proporciona una interpretación crítica del papel desempeñado por las recomendaciones políticas y económicas escritas por Adam Smith en *La Riqueza de las Naciones*, consideradas como las principales fuerzas responsables de la emergencia de la biopolítica. En la medida en que los escritos de Smith acerca de la acción del Estado en las esferas económica y social proporciona un gran avance en la clarificación de cómo debería el Estado lidiar con su población, los argumentos de Michel Foucault acerca de la biopolítica, entendida como una nueva tecnología del poder, define a la economía política clásica como el tipo de conocimiento que es el principal responsable de la racionalización de las prácticas biopolíticas hacia fines del siglo XVIII. Así, una genealogía de la economía política smithiana es requerida para investigar sus condiciones estratégicas de posibilidad y emergencia, así como enfatizar sus orígenes, especificidades, continuidades y discontinuidades, que han sido relevantes para cambiar el poder y la conducta del Estado de una manera estructural.

Palabras clave: Adam Smith, Biopolítica, Genealogía, Michel Foucault.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar criticamente o papel das teses e recomendações políticas e econômicas desenvolvidas por Adam Smith em *A Riqueza das Nações*, demonstrando sua função estratégica na formação de uma nova conduta estatal para com a população, culminando na emergência da biopolítica.

A relação entre a esfera econômica e a ação do Estado frequentemente se mostraram relevantes na análise de Adam Smith, principalmente na obra *A Riqueza das Nações*. Nela, o pensador buscou investigar as condições que levavam as nações a obterem maior ou menor riqueza, além de discutir suas trajetórias em termos históricos, econômicos e políticos. O papel do Estado como um ator presente na economia também foi destacado na análise smithiana, ainda que certas recomendações e julgamentos à entidade estatal tenham sido defendidos pelo escocês ao longo de sua tese.

Uma possível interpretação filosófica destes ideais apresentados pelos economistas políticos é apresentada por Michel Foucault (1926-1984). Seu projeto intelectual (2009c, 231) buscou investigar a forma com que os seres humanos se tornaram sujeitos na sociedade moderna a partir de três modos de objetivação: os saberes, os poderes e a verdade. A obra foucaultiana defendia que compreender o discurso no presente requer, inevitavelmente, um olhar voltado para a história¹ em termos da verdade e do aparato

¹ Nas palavras de Foucault (2009b, 16): “Essa divisão histórica deu sem dúvida sua forma geral à nossa vontade de saber. Mas não cessou, contudo, de se deslocar: as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser

institucional vigente no passado para entender o presente. Neste contexto, a fase genealógica dos estudos de Foucault especificamente tratava de investigar a atuação do Estado enquanto uma instância dos mecanismos variados que permitem o exercício do poder.

Dado que, para Foucault, os saberes produzidos pelas ciências humanas exerciam uma grande contribuição à disseminação dos poderes ao criarem novas formas de regulação, análise e administração do indivíduo e da população, as ideias propostas pela economia política se mostraram dignas de investigação por modificarem as relações de poder entre o Estado e a população a partir do século XVIII.

A emergência da economia política como estratégica na mudança das relações estatais de poder recaiu no que Foucault (2008a, 431) denominou de biopolítica²: foi a maneira pela qual, a partir do século XVIII, buscou-se racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos como população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça, etc. Ou seja, a biopolítica se caracterizou por ser uma tecnologia de poder específica que introduziu um conjunto de saberes que reconduziu as *técnicas de governmento*³ a um patamar intimamente ligado à gestão dos processos biológicos das populações.

Neste cenário, os escritos econômicos de Adam Smith – desde sua crítica à doutrina mercantilista, passando pela concepção do indivíduo econômico autointeressado até suas recomendações à figura estatal – se mostraram estratégicos no processo de construção e consolidação da biopolítica conforme proposto pela genealogia de Foucault. Cabe destacar que as ideias esboçadas por Smith não devem ser interpretadas apenas como um discurso histórico-analítico, mas como um conjunto de práticas políticas que de maneira bem-sucedida levaram a novas relações de poder por meio das ideias de liberdade econômica, autointeresse e limitação da ação estatal.

lidas como a aparição de novas formas na vontade da verdade. [...] Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional.”

² De acordo com Esposito (2008, 16 e 24), o termo *biopolítica*, relacionado ao poder político sobre a vida biológica, não foi originalmente criado por Foucault, mas por Rudolph Kjellén, autor que provavelmente foi o primeiro a empregar também o termo *geopolítica*. No entanto, o extraordinário desenvolvimento teórico feito por Foucault acerca do tema se mostrou mais extenso que seus predecessores, já que o filósofo redefiniu e repropôs o conceito.

³ As *técnicas de governmento* se referem ao objeto de estudo da governamentalidade, que será o objeto de parte da pesquisa aqui proposta. Segundo Veiga-Neto (2005, 82-83), deve-se diferenciar o termo *governmento* de *governo*, pois enquanto este diz respeito a uma instância governamental, aquele aborda uma ação de governar no sentido de conduzir, controlar e administrar a vida biológica e a sujeição dos indivíduos e populações.

Neste sentido, este artigo faz uma releitura dos principais argumentos proporcionados por Adam Smith enquanto influente economista político e filósofo moral, desde sua crítica da doutrina mercantilista até suas ideias aceitas sobre a natureza humana, a população, o papel do Estado e os elementos econômicos. O artigo está estruturado da seguinte maneira: primeiro, uma genealogia da economia política de Smith é apresentada, seguida por uma delimitação analítica dos escritos de Foucault sobre a emergência e as principais consequências da biopolítica na sociedade moderna. Finalmente, uma análise sobre o processo de racionalização da biopolítica pela economia política smithiana é feita com base na concepção de Foucault do discurso produzido pelo saber econômico enquanto prática política de poder, mostrando como as ideias econômicas auxiliaram na emergência de uma forma liberal de condução das populações.

1. A genealogia da economia política de Adam Smith

Esta seção tem por objetivo investigar as principais condições econômicas, políticas e sociais que, de forma estratégica, possibilitaram o nascimento e consolidação da economia política de Adam Smith (1723-1790) como força intelectual e precursora da doutrina liberal, mostrando como Smith pensou tais condições. Isto tem por finalidade compreender a mudança estrutural da pauta de preocupações do Estado com a coletividade da nação, bem como o papel da economia política no pensar as mudanças proporcionadas pela realidade econômica e na proposta de aprimoramento de novas técnicas governamentais.

A crítica smithiana (2003, 53) à doutrina mercantilista, elaborada em *A Riqueza das Nações* (doravante RN) girou em torno de três elementos principais: da visão errônea dos mercantilistas sobre a moeda; da política externa adotada pelas nações mercantilistas e pela estrutura social fundada na ideia de rent-seeking.

Smith (2003, 533) destaca que a dupla função que cumpre o dinheiro, como instrumento de comércio e medida de valor, deu lugar a uma interpretação errônea por parte dos mercantilistas ao confundirem a riqueza com dinheiro⁴. Junto a isso, a política dominante de manter uma balança comercial favorável propagava as tendências protecionistas do comércio, o

⁴ A visão de Adam Smith sobre a concepção mercantilista de riqueza é amplamente debatida e criticada. Magnusson (2009, 49) afirma que Smith e seus seguidores auxiliaram a fomentar a ideia de que os mercantilistas possuíam uma visão limitada em certos aspectos. O que Magnusson (2009, 52-53) destaca, contudo, é o fato de que, ao contrário do que Smith advocava, os mercantilistas já apresentavam noções bem delimitadas com relação às noções de *tesouro* (metais preciosos, especificamente) e *riqueza* (noção ampla, ligada à prosperidade nacional).

que indicava para Smith um sistema conspiratório em nome de mestres fabricantes e mercadores nacionais na tentativa de irem contra o benefício público da população, característico de uma *sociedade de captura de renda*⁵ (Magnusson, 2009).

Além do fortalecimento dos recursos econômicos nacionais, outra estratégia também comumente praticada pelos Estados mercantilistas consistia em debilitar economicamente outros países, conforme pautado por Smith (2003, 616). Para ele, artifícios como monopólios, subsídios e tratados comerciais apenas refletiam o interesse das nações em empobrecer todos os seus vizinhos, tornando o comércio uma fonte de discórdia e animosidade, e indo contra os interesses da população.

Smith (2003, 02) se refere ao crescimento econômico como a motivação de suas investigações; sobre isso, ele enfatiza a tese de que o enriquecimento nacional se deve à acumulação do capital, dependente da poupança construída pelas classes ricas, e ao aumento dos investimentos de capital, que visam elevar a produtividade do trabalho e que são relevantes no crescimento da produção nacional. Denis (1993, 214) argumenta que o fator dominante na obra smithiana sobre o crescimento econômico é a tese segundo a qual a poupança e a liberdade das trocas são condições necessárias e suficientes.

A extensão do mercado e sua relação com o comércio internacional também se constitui como um elemento relevante para o crescimento econômico. Este dependia da produtividade do trabalho, que por sua vez era uma função do nível de especialização obtida por meio da divisão do trabalho (Smith 2003). Ao contrário da tese mercantilista de que os ganhos de uma nação no comércio exteriores levavam às perdas de outra, Smith (2003, 25-26 e 610-612) defendia um sistema de liberdade e de abertura comercial, uma vez que isto levaria a um aumento na divisão do trabalho e, conseqüentemente, a um acréscimo na produtividade.

A economia política é definida por Smith (2003, 531) como um ramo da ciência dos estadistas e legisladores que propõe permitir ao povo a obtenção de um rendimento ou subsistência abundante, e ao Estado uma receita suficiente para o serviço público; ou seja, ela propõe, a um só tempo, enriquecer o povo e o soberano. Sob esta perspectiva, suas relações com a figura estatal são reforçadas na medida em que a sociedade evolui, o que denota maior divisão social, política e econômica.

⁵ Uma sociedade de captura de renda, ou *rent-seeking society* é uma expressão utilizada por Magnusson (2009, 47) e Mokyr (2009, 392) para caracterizar a sociedade mercantilista, em que diversos grupos de poder se utilizavam da máquina estatal visando atender aos seus próprios interesses.

Esta evolução da humanidade, que passa pela caça, pastorado, agricultura e comércio, representa para Smith (1978, 200) um aprimoramento nas origens do governo do homem, considerado uma instituição específica que agrega as funções da figura soberana e suas maneiras de conduzir politicamente o indivíduo dentro de sua comunidade.

Uma hipótese comumente assumida pelos intelectuais do Iluminismo escocês, o que inclui Adam Smith, é a que admite a existência de *estado de natureza*⁶ que precede a existência de uma instituição estatal que imponha regras, direitos e deveres aos indivíduos. Dentro da escala evolutiva de Smith, este estado de natureza se localizaria na era da caça, uma vez que para ele (1978, 208) o governo se consolida somente na era do pastorado para resguardar a integridade da propriedade privada, já que ela surge para delimitar os animais que cada indivíduo pastor detêm. A propriedade seria, então, o elemento-chave que concede ao Estado seu poder de regulador legítimo.

Neste contexto, as funções do Estado defendidas por Smith envolvem a defesa nacional, a promoção da justiça e a preservação da prosperidade interna e da do Estado. Ele argumenta:

De acordo com o sistema da liberdade natural, o soberano tem apenas três deveres a cumprir; decerto, três deveres de grande importância, mas claros e compreensíveis ao bom senso: primeiro, o dever de proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça e opressão de qualquer outro membro ou, antes, o dever de instituir uma rigorosa administração da justiça; terceiro, o dever de erigir e manter certas obras públicas e certas instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos terão interesse em erigir e manter [...]. (Smith 2003, 873-874).

Sobre as funções exercidas pelo soberano, Smith apresenta um modelo particular de *Ordem Não Intencional*⁷ que busca harmonizar a liberdade natural, a manutenção da justiça comum e a defesa dos interesses individuais a partir das normas da filosofia moral. A justiça, por sua vez, seria conduzida pela “mão invisível”, e a intervenção do soberano seria requerida somente quando a justiça é ausente para moldar a utilidade como

⁶ A hipótese de que um estado de natureza precedeu a união dos homens a partir de um Estado politicamente organizado é defendida por filósofos como Locke (2005, 386-391), em que as regras que conduzem o estado de natureza seguem o direito natural e levariam, inevitavelmente, a um estado de guerra. Para evitá-lo, o Estado civil se apresenta como a solução para os possíveis problemas que o estado de guerra poderia vir a apresentar.

⁷ Neste modelo, as ações interpessoais dos indivíduos baseadas na ideia da virtude da justiça gerarão, assim, uma justiça comum e uma equidade distributiva, revertendo em benefícios para a utilidade pública. Dessa forma, a não intenção dos indivíduos de proporcionarem boas ações à sociedade será revertida em benefícios, desde que as regras da justiça natural sejam seguidas como uma condição necessária (Young 2005).

um resultado não intencional (Young, 2005). A defesa da intervenção por Smith somente é plausível quando a mecânica da mão invisível apresentar falhas em termos de produzir resultados úteis à sociedade a partir da justiça, e será de responsabilidade do soberano produzir estes resultados.

O modelo de administração e regulação estatal em voga nos séculos XVII e XVIII, o Estado de polícia – que possui seu embrião no mercantilismo – é descrito por Smith (1978, 05) para investigar o desenvolvimento da opulência do Estado e os elementos que o auxiliam. Ele argumenta:

We will find that there are four things which will be the design of every government. The first and chief design of every system of government is to maintain justice; to prevent the members of a society from incroaching [sic] on one anothers [sic] property, or seizing what is now their own. The design here is to give each one the secure and peacable [sic] possession of his own property. When this end, which we may call the internal peace, or peace within doors, is secured, the government will next be desirous of promoting the opulence of the state. This produces what we call police. Whatever regulations are made with the respect to the trade, commerce, agriculture, manufactures of the country are considered as belonging to the police. (Smith 1978, 05).

Além das funções já destacadas pelos intelectuais escoceses com relação às funções do Estado de manter a justiça, impedir a violação da propriedade e de assegurar a paz interna, cabe a ele, por meio da polícia, preocupar-se com o comércio interno e externo, a agricultura e a indústria no intuito de elevar sua força e opulência.

Outras preocupações, como a limpeza pública, a segurança e a abundância ou a falta de recursos do Estado também concerniam à polícia. Smith (1978, 331) enfatiza a segurança como o objeto da polícia, em que esta atuava de forma intensiva na prevenção dos crimes e distúrbios da ordem que podem interromper a paz da sociedade. Ele afirma: “In general, the best means of bringing about this desirable end is the rigorous, severe, and exemplary execution of laws properly formed for the prevention of crimes and establishing the peace of the state.” (Smith 1978, 331).

As políticas que englobavam a opulência econômica do Estado visavam introduzir a abundância de recursos e de bens para o país, o que refletia em uma queda nos preços internos da economia nacional. A divisão do trabalho é igualmente relevante para Smith (1978, 341) por ela ser também um elemento importante no crescimento da abundância nacional.

Nota-se, portanto, uma preocupação crescente por parte dos intelectuais no que diz respeito ao Estado, seu comportamento e suas relações com o ambiente econômico e com a sociedade civil. A reiteração do elemento da liberdade econômica e individual, defendida pelos economistas políticos, propôs novos fundamentos ao modelo policial-mercantilista

descrito e posteriormente criticado por Smith, além de desenhar um novo papel à sociedade civil, que passou a ser o alvo das políticas desenhadas pelo Estado.

O tema da natureza humana e moral também não foram deixados de lado na obra de Smith, especialmente ao tratar, dentro da esfera econômica, do interesse dos indivíduos. Quando o interesse que regia os indivíduos era submetido a uma institucionalização, passando da esfera singular ao meio comum, surgiam na sociedade indivíduos responsáveis por regular os interesses alheios com o uso da justiça, criando forças que conduzem os homens a atuarem em seu benefício próprio e, ao mesmo tempo, a cooperarem para algum proposto comum.

Esta convergência de interesses particulares que resultam em benefícios públicos foi esquematizada por Smith a partir do uso da metáfora da mão invisível associada à busca pelo desejo individual, considerados essenciais na constituição do homem, mas sem descartar o papel dos sentimentos morais. Ao abordar o âmbito econômico, Smith acrescentou a cooperação entre os homens como fator determinante da conquista dos desejos, sendo que a base do pensamento dominante é a troca mútua de interesses individuais:

Mas o homem quase sempre precisa da ajuda de seus semelhantes, e seria vão esperar obtê-la somente da benevolência. Terá maiores chances de conseguir o que quer se puder interessar o amor-próprio deles a seu favor e convencê-los de que terão vantagem em fazer o que deles pretende. Todos os que oferecem a outro qualquer espécie de trato propõem-se a fazer isso. Dê-me aquilo que eu desejo, e terás isto que desejas, é o significado de todas as propostas desse gênero e é dessa maneira que nós obtemos uns dos outros a grande maioria dos favores e serviços de que necessitamos. (Smith 2003, 19).

O que se nota a partir das considerações smithianas acerca do interesse individual é a maneira como se aborda tanto o âmbito econômico como o moral intrínseco ao homem. Pode-se afirmar que, diferente das concepções morais sobre a natureza e prática do interesse individual, o lado econômico destacou os requisitos mínimos para o funcionamento dos mercados de maneira impessoal, em que as simples trocas entre compradores e vendedores não necessariamente exigiam relações e laços sociais profundos (White 2009).

De acordo com White (2009, 56), Smith argumenta que, mesmo que os indivíduos participantes de um mercado sejam motivados apenas pelo autointeresse, este mercado poderia funcionar de maneira harmoniosa. Entretanto, isso não significava que esta deveria ser a única base para o funcionamento dos mercados, pois as ações benevolentes podem interferir na operacionalidade dos mercados.

A busca pelo interesse individual e seus efeitos sociais recaem na metáfora da mão invisível, que corresponde ao mecanismo em que o desejo da realização dos interesses individuais converge de maneira natural para a promoção do bem coletivo, conduzindo isoladamente os indivíduos a promoverem um fim que, a princípio, não era o intencional. Smith ainda acrescentou um fator relevante na metáfora da mão invisível: as ações tomadas com a intenção de se promover o bem coletivo não obtêm o mesmo sucesso quando comparadas às ações egoístas, pensamento este ratificado a seguir:

[...] assim como todo indivíduo se esforça o mais possível para investir seu capital na manutenção da atividade interna e com isso dirigir essa atividade de modo que sua produção tenha o máximo valor, todo indivíduo necessariamente também se empenha para tornar o rendimento anual da sociedade o maior possível. É verdade que em geral não tem a intenção de promover o interesse público, nem sabe quanto o está promovendo. Ao preferir sustentar a atividade interna em detrimento da atividade estrangeira, ele tem em vista somente a própria segurança; ao dirigir essa atividade de modo que sua produção tenha o maior valor possível, não pensa senão no próprio ganho, e neste, como em muitos outros casos, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não era, em absoluto, sua intenção promover. [...] Ao buscar seu interesse particular, não raro promove o interesse da sociedade de modo mais eficaz do que faria se realmente se prestasse a promovê-lo. (Smith 2003, 567)

Assume-se, portanto, que há uma convergência de interesses e benefícios quando levados pela mecânica da mão invisível, gerando harmonia entre interesses individuais e coletivos, mesmo quando não são efetuados visando o bem público.

A seção seguinte visa introduzir o conceito de biopolítica desenvolvido por Michel Foucault, destacando sua origem e desenvolvimento ao longo da obra do pensador francês. Em seguida a dinâmica estabelecida entre o saber construído por Smith e as consequências de poder que este saber introduziu como regime de verdade será traçada e criticada, mostrando como a economia política smithiana teve um papel relevante na racionalização da biopolítica no final do século XVIII.

2. Foucault e a biopolítica

Esta seção esboça uma revisão bibliográfica dos escritos de Michel Foucault enfatizando sua fase genealógica, em que o filósofo apresentou uma série de deslocamentos teóricos até construir o conceito de biopolítica com o intuito de investigar o domínio das práticas de governo, suas regras, objetivos e sua racionalização. O rumo tomado pelas investigações

foucaultianas acerca do papel do poder disciplinar⁸ na constituição do indivíduo moderno inevitavelmente reinsereu a figura do Estado e suas funções de condutor das políticas voltadas à população. Neste contexto, o objeto de análise deixava a esfera individual e passava a abranger a espécie humana de forma geral, agrupada na forma de populações.

Michel Foucault desenvolveu seus escritos sobre a racionalização e a prática da biopolítica em meados da década de 1970. O uso do termo *biopolítica* foi pioneiramente usado em uma conferência do pensador durante uma palestra no Rio de Janeiro, em 1974, denominada *O Nascimento da Medicina Social* (2009a), quando Foucault atentou para a socialização (e não a individualização) do corpo pela medicina, afirmando que o capitalismo desenvolvido entre os séculos XVIII e XIX teria desenvolvido novas formas de controle baseadas no corpo, criando uma realidade “biopolítica” (Foucault 2009a, 80).

Em um segundo momento, na obra *História da Sexualidade 1* (2010) publicada em 1976 e ao longo de seus cursos ministrados no Collège de France entre 1976 e 1979, o conceito da biopolítica se desenvolveu no contexto da obra foucaultiana para complementar a tese do poder disciplinar investigada previamente pelo pensador. Ele compreendeu que, com o surgimento da modernidade e o processo de assujeitamento dos indivíduos, estes passaram a ser o alvo do *biopoder*.

Na *História da Sexualidade*, Foucault defendeu que a condição para o surgimento do biopoder foi a mudança estrutural nas relações de poder soberanas que ocorreu entre o final do século XVII e início do XIX, algo que pode ser percebido pela transição das táticas de poder exercidas pelos soberanos. Ao longo da história da soberania, os séculos XV, XVI e início do XVII foram marcados pelo privilégio do poder soberano⁹ de poder atuar diretamente sobre o direito de vida e morte dos indivíduos. Em casos de ameaça externa à sua posição, caberia ao soberano decretar a guerra e sacrificar a vida dos súditos pelo seu soberano; entretanto, se o próprio súdito se colocava contra ele, este deveria punir o transgressor com a morte (Foucault 2010, 127-129).

⁸ A obra mais conhecida de Foucault sobre o poder disciplinar é *Vigiar e Punir*, de 1975. Nela, Foucault investigou os poderes nas suas micro-formas disseminadas por instituições sociais como a escola, o hospital, o quartel e a prisão. Segundo o pensador, esta forma de poder não era apenas repressiva, mas essencialmente produtiva, auxiliando na constituição do indivíduo moderno por meio de coerções, controles e vigilâncias que atuavam individualmente, gerando um indivíduo dócil, disciplinado e constantemente vigiado.

⁹ Este fato é notadamente exibido em obras clássicas da filosofia política, como a de Maquiavel e de Hobbes. Maquiavel ilustra este fato: o povo é uma massa homogênea e devota ao seu príncipe, não dispondo de interesses, desejos ou visões heterogêneas. Sendo assim, parte das funções do rei é retirar o poder do povo e apenas deixá-lo viver no reino, e, se necessário, puni-lo com a morte.

Contudo, a argumentação de Foucault (2010, 148) também destacou a assimetria de direitos existente nesta antiga relação de soberania: o soberano só exercia seu direito de decidir pela morte ou vida do indivíduo, não exercendo o direito de prezar pela manutenção da vida. Foi apenas em meados do século XVII que ocorreram mudanças profundas nestes mecanismos de poder, passando do confisco da vida para os controles, vigilâncias e ordenações de caráter produtivo que implicavam em novas relações de poder (Foucault 2010, 131). A principal consequência desta transição estrutural nas relações de poder implicou na emergência de um poder que prezava pela geração e manutenção da vida: a população passou a ser a maior riqueza do Estado, e não mais os territórios conquistados.

Com as transformações nos antigos mecanismos de poder, Foucault (2010, 151-152) argumentou que os antigos “confiscos” dos súditos – o direito de causar a morte ou de deixar viver pela apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e da vida – foram substituídos por ordenações, gestões e regulações, excluindo o direito do soberano sobre a morte para garanti-lo sobre a vida. Ele afirma:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população*. (Foucault 2010d, 151-152; grifo original).

A nova constituição desta aplicação deste poder sobre a vida, o biopoder, estava baseada em dois polos principais: um no século XVII, pela anátomo-política do corpo humano individualizado por meio das disciplinas de adestramento e controle, ou seja, o *poder disciplinar*; e outro, em meados do século XVIII, pela *biopolítica* da população por meio da organização do poder sobre a vida e seus processos biológicos (nascimento, morte, proliferação, saúde) (Foucault 2010). Nesta instância, a soberania deixou de ser exercida sobre o território, e passou a atuar sobre o corpo dos indivíduos na forma da biopolítica.

A transição do indivíduo para a população como cristalização do sujeito político se deu especialmente ao longo do século XVIII, quando

Foucault (2010, 31) argumenta que uma das grandes novidades nas técnicas de poder foi o surgimento da *população*¹⁰ como problema econômico e político. Neste momento, os governos perceberam que não deveriam lidar apenas com sujeitos e nem com um “povo”, mas com uma população que apresentava fenômenos e variáveis específicas: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, formas de alimentação e de *habitat*.

Para Foucault (2008a, 126), “governar” também significava para o soberano introduzir a economia e sua maneira de administrar as riquezas, os bens, os indivíduos e os interesses ao nível da prática de Estado. Ou seja, não se poderia dissociar a prática de governo da prática econômica. O desenvolvimento de um saber estratégico como o da economia política em meados do século XVIII se tornou, na modernidade, um dos núcleos das técnicas de governo e da prática da biopolítica, em que novas condutas governamentais se desenvolvem a partir do pensamento econômico. Estas condutas adquiriram, em alguma medida, um caráter biopolítico por terem como um de seus objetivos principais o bem-estar e a normalização da população a partir da condução de políticas econômicas.

Houve uma contrapartida instaurada por esta arte de governar que segue parte dos preceitos ditados pelo liberalismo econômico, que desqualificou o soberano da área econômica e o reconduziu à área sociobiológica da população. Isto deu origem a um conjunto de políticas voltadas ao Estado sobre como controlar, reger e administrar a população e as suas derivações (nascimentos, reprodução, aprendizagem, moralidade, produção econômica, morte). A prática da biopolítica, de acordo com Foucault, se dava por um conjunto de *dispositivos de segurança*, ou seja, elementos heterogêneos que desempenhavam uma função estratégica no exercício do poder e que produziam novas condutas para a população.

Uma vez que a segurança se inseriu no centro do exercício das práticas de poder de cunho biopolítico, a argumentação foucaultiana buscava diferenciá-la da questão jurídica, que apresentava um conjunto de dispositivos baseados no sistema de códigos que visava delimitar binariamente o permitido e o proibido, e dos mecanismos disciplinares, que introduziu técnicas punitivas, diagnósticas, vigilantes e psicológicas (Foucault 2008b). Os dispositivos inaugurados pelo elemento da segurança se mostraram essencialmente distintos dos jurídicos e disciplinares por reavaliarem a função soberana clássica do Estado, dando a ele uma nova posição estratégica na produção, ampliação e disseminação das relações biopolíticas de poder.

¹⁰ A população para Foucault não representava apenas o número de pessoas que constituem uma unidade geográfica, mas um grupo de indivíduos biologicamente definidos que demanda uma atuação específica por parte das políticas de gestão do Estado e de suas variadas instâncias.

Estudar e refletir sobre o domínio do Estado e, por consequência, sobre as práticas governamentais que envolviam a condução da biopolítica, passou a guiar as investigações foucaultianas. Os resultados, afirma Esposito (2008, 28), foram dois: por um lado, todas as práticas políticas colocadas em ação pelos governos tinham como meta principal a vida e seus processos, suas necessidades, suas descontinuidades; por outro, a vida entrou no jogo das relações de poder não apenas por seus limiares críticos ou exceções patológicas, mas em toda sua extensão, articulação e duração.

Foucault (2008b, 76) afirmou que a segurança enquanto estratégia de poder tinha certas características peculiares, trazendo concepções como a permissão, a normalização dos indivíduos e a liberdade controlada dentro de espaços permitidos. Não se buscava aprisionar, disciplinar e individualizar, mas deixar a coletividade “livre” dentro de certos espaços permitidos, normalizados e controlados.

As práticas biopolíticas na modernidade passaram a se dar tanto pelo Estado, como foi o caso de diversas políticas sociais, econômicas e urbanísticas normalizadoras postas em prática junto a um discurso de “preservação e melhoria da qualidade de vida da população” quanto por instituições não estatais, como as instituições médicas, educacionais, seguradoras e de planejamento urbano e econômico.

Se houve uma evolução para uma nova estratégia de governo cujos princípios básicos envolviam a regulação de uma população em um ambiente de liberdade controlada, ela pode ser compreendida a partir da transição do pensamento econômico a partir do século XVIII, sobretudo de Adam Smith como precursor da escola de economia política britânica. Neste período, deu-se lugar a uma nova dinâmica de interesses econômicos individuais e coletivos e a um conjunto de políticas que visavam à manutenção do bem-estar biológico e social da população, reconfigurando o antigo papel do soberano segundo a problemática de Foucault com relação à emergência do biopoder.

Dentro da lógica foucaultiana da biopolítica, em que havia a transformação da população de conjunto de súditos para um sujeito político de fato, o pensamento econômico liberal clássico representou, então, o elemento-chave da mudança da concepção político-econômica de população. Neste sentido, coube à economia política pensar, refletir, arquitetar e propor políticas econômicas que abrangiam a população a partir de sua realidade econômica, ou seja, unir o fator biológico à dinâmica da economia.

3. A racionalização da biopolítica pela economiapolítica de Smith

Compreender a maneira com que o discurso e as práticas econômicas propostas por Smith reconstituíram a dinâmica de poder entre o Estado e a população a partir do final do século XVIII, culminando nas técnicas de governo biopolíticas, exige uma análise crítica da genealogia da economia política segundo os escritos de Foucault.

Para Foucault (2008b, 431-432) não se poderia dissociar o nascimento da biopolítica do marco de racionalidade política dentro do qual surgiu o liberalismo econômico. A tomada das ideias econômicas pela figura estatal e sua evolução ao longo dos séculos XVIII e XIX indicou um investimento sobre as populações, seus interesses e sua racionalidade, restringindo as ações governamentais a práticas indiretas de administração da vida.

A motivação de Foucault pela escolha da economia política britânica clássica se deu pelo fato do pensador assumir (2008a, 19) que ela não se desenvolveu fora da razão de Estado, uma vez que um dos principais objetivos da análise econômica era enriquecer a nação e a população como um todo. Além disso, a economia política pautava certos princípios de naturalidade e de liberdade individual que forneceu uma autolimitação do exercício de governar por parte do Estado, limitando-o internamente em seus princípios de soberania e retirando-o da esfera econômica.

Neste aspecto, a economia política de Smith se colocou em uma posição de questionamento dos procedimentos adotados pelo soberano ao trazer um conjunto de recomendações e políticas pautadas segundo a naturalidade e harmonia presentes na economia, seja nas flutuações dos preços, seja na defesa do autointeresse. Criaram-se novas relações de sujeição e aplicação do poder estatal sobre a vida uma vez que o pensamento econômico deu à figura soberana uma posição específica de gestor da realidade nacional.

A defesa de Smith pelo livre-comércio entre as nações, associada à livre flutuação dos preços dos alimentos colocada a partir do problema econômico da escassez representou para Foucault (2008b, 459) uma crítica ao antigo modelo de Estado de polícia encontrado no mercantilismo, além do seu desmantelamento e sua desarticulação. Propor uma quantificação dos elementos econômicos da nação – como sua população e renda – além de soluções para o destravamento da economia por meio do setor agrícola, da liberdade comercial, da circulação da renda nacional e da interação entre oferta e demanda tornaram o mercantilismo e a antiga regulamentação policial ineficazes frente aos problemas econômicos que surgiam.

Com este novo jogo de interesses e a proposta de recondução do papel do Estado de polícia, consolidou-se o início de uma razão governamental

moderna. Nela, o Estado deixou de atuar como um controlador de todas as esferas da vida e passou a seguir uma nova arte de governar que se agregou à razão econômica de forma a fornecer um novo conteúdo à razão de Estado e novas formas de racionalidade.

Esta maneira de governo lidava com um novo campo de naturalidade proposto pela fisiocracia e, posteriormente consolidado pela economia política, que abrangia a sociedade, os saberes, a população e os processos econômicos: ela retirava a artificialidade política presente no Estado de polícia; levava o conhecimento científico da economia política que incluía a produção, o consumo e as riquezas para dentro da esfera do poder estatal; repensava a população a partir de sua realidade específica e seus interesses, desenvolvendo novas práticas de intervenção; e buscava respeitar os processos naturais da economia ao prezar a liberdade, porém assumindo algumas regulamentações necessárias por parte do Estado.

A nova arte de governar proposta pela emergência da razão econômica inseriu, portanto, uma nova lógica de racionalização em que se instaurou uma série de mecanismos que tinham por função não assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, mas sim limitar o exercício do poder de governar. Este se dava dentro de um jogo entre interesses individuais e coletivos, utilidade social, benefício econômico e equilíbrio de mercado, ou seja, dentro de um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados (Foucault 2008b).

Dessa forma, a razão econômica buscou não mais os princípios de legitimidade do Estado, mas focar em práticas que colocavam a figura do soberano em segundo plano; isto não significava aniquilá-lo, mas limitá-lo com relação aos assuntos econômicos, trazendo maior liberdade às forças econômicas de oferta, demanda, preços, transações comerciais e decisões. Isto pode ser verificado quando, por exemplo, Smith defendia um Estado que assumisse uma figura gestora apenas nas áreas-chave da economia e da sociedade.

Outra questão abordada por Adam Smith que foi capaz de retirar o Estado da realidade econômica foi a concepção dos interesses particulares. Se a ampliação do mercado exigia a tomada de decisão sobre as trocas, a retirada do controle governamental sobre a dinâmica dos mercados tornou a escolha individual e a defesa do autointeresse como os únicos princípios válidos. Quando Smith recorreu à metáfora da mão invisível no ambiente econômico, ela indicava que a busca pela satisfação individual é um dos requisitos mínimos para o funcionamento harmonioso das trocas, não requerendo a necessidade da intervenção estatal, por exemplo.

A tomada das ideias do liberalismo econômico clássico como tecnologia de governo tornou o mercado, a utilidade e os interesses como princípios da autolimitação¹¹ da razão governamental. Isto representou, para Foucault (2008a, 39 e 40), a consolidação da arte liberal de governar com o surgimento da ideia de “governo frugal”, que fundava seus princípios e sua razão não no crescimento de força, riqueza e poder do Estado, mas na limitação do exercício do poder de governar com base nas regras do mercado:

Em outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir – quando se vê, a partir deles, o que o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe – falsificar ou verificar a prática governamental. [...] Por conseguinte, o mercado é que vai fazer que um bom governo já não seja simplesmente um governo que funcione com base na justiça. O mercado é que vai fazer que o bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. [...] O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental. (Foucault 2008a, 45)

No momento em que o mercado se tornou o princípio de verdade que fundava as técnicas de governo do século XVIII, foi a ação da troca que conduziu as relações entre os indivíduos, passando a dar ao Estado um caráter de supervisor ou gestor. Foucault afirma (2008a, 161) que, neste novo cenário, passou-se a pedir ao Estado que supervisionasse o bom funcionamento do mercado para garantir que fosse respeitada a liberdade dos que trocam. Esta, portanto, passa a ser uma das novas funções da figura governamental.

Ainda, para Smith caberia também ao Estado não somente se preocupar com os setores estratégicos, mas também preservar e resguardar a liberdade e segurança necessárias para o bom funcionamento das transações econômicas:

O esforço natural de todo indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se lhe permite que o exerça com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso que, por si e sem auxílio algum, é capaz não só de conduzir a sociedade à riqueza e prosperidade, como ainda de superar uma centena de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas tantas vezes sobrecarrega suas operações. No entanto, estes obstáculos têm sempre como efeito, em medida maior ou menor, o cercamento da liberdade ou a diminuição da segurança dessa sociedade. (Smith 2003, 682).

Nota-se que dentro desta dinâmica possibilitada pela tomada do mercado e da liberdade econômica como fundamento das práticas estatais a

¹¹ Foucault (2008a, 15) esclarece que esta limitação da prática governamental não se refere aos direitos do Estado, o que não era o objetivo da arte liberal de governar. Entretanto, ela apresenta limitações internas ao exercício de governar, ou seja, impõe limites à prática do Estado, impedindo-o de atuar em certas áreas, como é o caso da economia.

partir do final do século XVIII, o interesse individual também se caracterizou por fundar a razão governamental moderna na medida em que o Estado não estava, assim como no Estado de polícia, referido a si mesmo, mas a um novo conjunto de interesses individuais e coletivos (Foucault 2008a). Foucault (2008a, 184) definiu que a grande questão que envolveu as ações estatais no final do século XVIII era, essencialmente, a demarcação das ações que deveriam ser executadas pelo soberano entre as áreas em que se podia intervir e as áreas livres da intervenção estatal.

Neste contexto, verificou-se uma verdadeira mutação das funções do Estado com a introdução da economia política clássica, em que passou a ser de responsabilidade dele a preservação dos interesses, das trocas, das riquezas e dos processos econômicos, e não mais a intervenção direta na economia como sua subordinada:

A partir da nova razão governamental – e é esse o ponto de descolamento entre a antiga e a nova, entre a razão de Estado e a razão do Estado mínimo –, a partir de então o governo já não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas, só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os interesses, os jogos de interesse se tornam determinado indivíduo ou determinada coisa, determinado bem ou determinada riqueza, ou determinado processo, de certo interesse para os indivíduos, ou para o conjunto de indivíduos, ou para os interesses de determinado indivíduo confrontados ao interesse de todos. (Foucault 2008a, 62).

Sob a perspectiva colocada por Foucault, tinha-se a seguinte dinâmica arquitetada a partir dos novos elementos propostos por esta nova razão governamental:

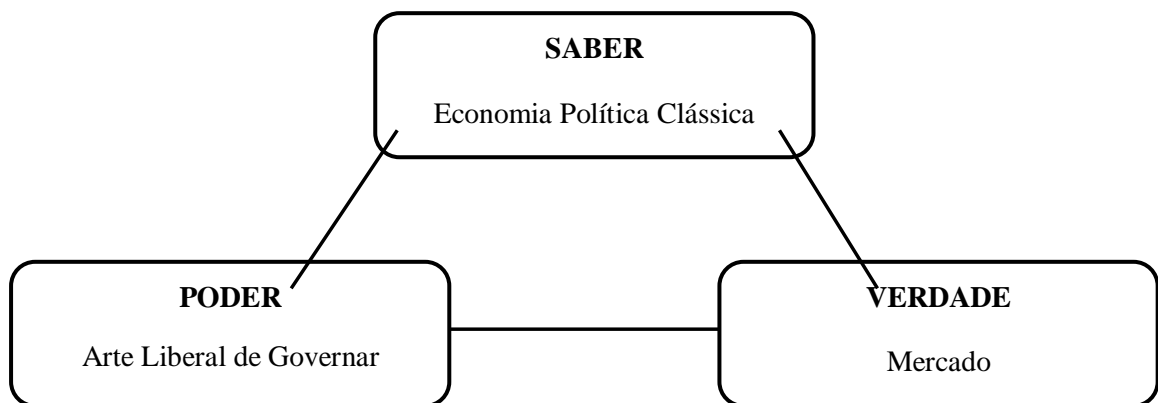


Figura 1: Diagrama representativo da nova razão governamental.

Fonte: A autora (2014).

Portanto, a arte liberal de governar introduz novas formas de regulação do exercício do poder por parte do soberano, dominado pela esfera econômica. Com ela, passou-se a se regular o governo não pela

própria racionalidade do estado, mas pela racionalidade de um grupo de governados que visam seus interesses econômicos individuais, tornando o mercado e os princípios de utilidade os limitadores fundamentais das ações do soberano.

A partir da introdução da economia e dos princípios liberais ao nível do Estado, suas ações eram limitadas dentro de certas práticas que não buscavam mais seu próprio fortalecimento, como era o caso do mercantilismo, mas ações aplicadas à garantia da liberdade, justiça, segurança e bem-estar de um grupo de indivíduos que abandonaram seu papel de súditos. Nesse contexto, a sociedade civil atuou como intermediador entre o soberano, a lei, os indivíduos e seus interesses, inaugurando novas relações no âmbito da arte liberal de governar.

Mesmo em um ambiente onde os interesses da população se sobressaem e são preservados, a figura do Estado como gestor de uma série de mecanismos de segurança não foi deixada de lado. Foucault (2008a, 89-90) destacou que a segurança emergiu como uma consequência da arte liberal de governar, em que houve um jogo entre liberdade e segurança no qual o Estado deveria garantir que os diferentes interesses individuais não-econômicos não se constituíssem em um perigo para o interesse de todos. Foi nesse jogo que, para o filósofo, houve uma ampliação e reforço das técnicas de controle durante o século XVIII, que atuaram não em conflito, mas em associação à liberdade proposta pelo liberalismo econômico.

Neste contexto, os argumentos de Foucault (2008a, 30) oferecem uma reflexão pertinente ao estudo da história do pensamento econômico: a economia política britânica propôs um repensar sobre a circulação dos bens, a naturalidade dos mercados e sobre a população. Este repensar gerou duas consequências relevantes: primeiro, a emergência de uma arte liberal de governar a partir da união dos argumentos econômicos fundados na ideia da não-intervenção governamental no bom funcionamento dos mercados; e segundo, o nascimento da biopolítica derivado da análise bioeconômica, que racionalizou e deu origem a um conjunto de políticas voltadas ao Estado sobre como controlar, regradar e administrar a população e as suas derivações (nascimentos, reprodução, aprendizagem, moralidade, produção econômica, morte).

A contrapartida instaurada pela arte liberal de governar, que desqualificou o soberano da área econômica e o reconduziu à área sociobiológica da população, partiu da noção de que os preceitos defendidos pelo liberalismo econômico em nada se assemelham a uma governamentalidade permissiva, livre e tolerante para com os indivíduos. Foucault (2008a, 85) ressaltou que a governamentalidade que se estabelece a partir dos preceitos do liberalismo econômico admite liberdades ocasionais

na área econômica, mas de maneira alguma representa um sistema “livre”, já que propunha uma relação de produção e destruição com a liberdade. Produção de liberdade no sistema econômico, e destruição da liberdade no sistema sociobiológico da população.

Para Foucault (2008a, 87) a liberdade econômica conforme os economistas políticos britânicos argumentavam só poderia ser consolidada e aplicada quando um sistema de controles também imperasse. Ele afirma (2008a, 87): “É preciso haver liberdade de comércio, claro, mas como poderá ela efetivamente se exercer se não se controla, se não se limita, se não se organiza toda uma série de coisas, de medidas, de prevenções, etc.” Neste sentido, a arte liberal de governar foi bem-sucedida porque instaurou, em conjunto, um amplo sistema de controles e regulações no campo político, social e biológico da população que visou aprimorá-la. Sob esta perspectiva, a questão da segurança e seus respectivos dispositivos funcionaram como os correlatos da prática biopolítica, que atuou ao lado da arte de governar proposta pelo liberalismo.

Uma vez que a governamentalidade liberal inaugurada pela economia política clássica britânica trouxe consigo uma série de ideias e práticas voltadas à gestão econômica e biológica da população, caberia aos dispositivos de seguridade atuar como correlatos desta arte liberal. A segurança determinaria o grau de liberdade do liberalismo econômico e asseguraria certos limites no meio estabelecido pela sociedade civil, de modo a garantir que os interesses individuais não se tornem um perigo para a coletividade.

Para Foucault (2008a, 90-91) isto indicava que o conjunto de ideias do liberalismo econômico inaugurou uma “cultura de perigo”. Com a intenção de proteger a população dos interesses individuais de cada um, criou-se um jogo entre segurança e liberdade para evitar ao máximo a exposição aos riscos e perigos destes interesses. Como consequência, os inúmeros procedimentos de controle, pressão e regulação emergiram na tentativa de proporem soluções para as intervenções necessárias do Estado no meio econômico, político, social e biológico.

É, neste sentido, que se poderia afirmar que existiu um *paradoxo* na prática liberal, uma vez que a segurança se constituiu como uma condição de existência na qual ele se fundou e, inevitavelmente, exigia a intervenção estatal e de certas instituições na mesma medida em que a criticava (Foucault 2008a)

Considerações Finais

O artigo teve por objetivo geral analisar o papel estratégico da economia política de Adam Smith no nascimento e consolidação da biopolítica segundo a genealogia do poder de Michel Foucault. Para isso se buscou compreender de que maneira os argumentos smithianos deram origem e continuidade à uma escola de economia política britânica que reuniu e propôs um conjunto de ideias que foi bem-sucedido no sentido de reconduzir as relações entre o Estado, a realidade econômica e a população ao patamar da arte liberal de governar e, conseqüentemente, da prática da biopolítica por meio dos dispositivos de segurança.

A hipótese assumida ao longo da argumentação foi a de que o pensamento inaugurado por Smith foi capaz de instaurar uma razão governamental baseada nos princípios do liberalismo econômico com uma contrapartida de controle sociobiológico da população, a biopolítica.

A razão pela qual a economia política britânica liberal teve este destaque no pensamento foucaultiano se dá por ela ter emergido e se consolidado como a primeira escola de pensamento econômico que de fato introduziu um conjunto de ideias e de políticas econômicas organizadas que se mostraram contra o modelo mercantilista. Aliado a isto, ela também absorveu as bases do Iluminismo e suas concepções a respeito da natureza humana, da liberdade intrínseca ao homem e da defesa do autointeresse, além de herdar da fisiocracia a concepção da mecânica da natureza aplicada à realidade das trocas econômicas.

Buscou-se investigar a economia política de Adam Smith a partir da crítica ao modelo mercantilista, além de enfatizar as ideias dos principais ícones desta escola sobre questões econômicas, políticas e sociais, com especial atenção à mecânica dos mercados, o funcionamento de certas variáveis econômicas e o papel recomendado ao Estado. As afirmações fornecidas por Smith sobre a crítica ao mercantilismo e ao modelo mercantilista do Estado de polícia se revelaram como elementos estratégicos na compreensão da emergência de uma nova arte de governar, uma vez que o pensador refletiu não apenas sobre a realidade econômica, mas sobre a natureza humana, seus interesses e sua inserção na sociedade civil. Estes elementos foram inevitavelmente influenciados em grande parte pelo pensamento fisiocrático, mas foram além por inaugurarem a arte liberal de governar, que tornou o mercado, a utilidade e os interesses como princípios da autolimitação da razão governamental. Nesse cenário, caberia ao Estado se retirar da área econômica e assumir o papel exclusivo de gestor, consolidando o princípio do governo frugal.

As possíveis intervenções em que o Estado poderia atuar passaram a se dar por meio da sociedade civil, que se tornou o campo de ação estatal sobre a população. A contrapartida desta retirada da figura soberana da área econômica se mostrou nos assuntos relacionados à população e seu bem-estar, educação, saúde, trabalho, vivência, etc. Foi neste contexto que o desenvolvimento das ideias econômicas clássicas passou para a abrangência da biopolítica, quando, em meados do século XIX, o assunto populacional e o seu controle e regulação entrou para a pauta de preocupações dos economistas.

Com a emergência dos escritos de Smith e a difusão do pensamento construído pela escola de economia política clássica, a dinâmica estabelecida entre o Estado, a economia e a população se fundou, portanto, em um duplo movimento: por um lado, a liberdade econômica foi efetivada com a limitação do exercício de governar do Estado no ambiente econômico; mas, por outro lado, ele e as instituições ligadas a ele se muniram de novas formas de poder que visavam regular a população por meio dos dispositivos de segurança ao mesmo tempo em que a mantinha dentro de uma liberdade controlada.

Referências

- Denis, H., 1993, *História do Pensamento Econômico*, Lisboa: Horizonte.
- Esposito, R., 2008, *Bíos: Biopolitics and Philosophy*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Foucault, M., 2008a, *Nascimento da Biopolítica*, São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M., 2008b, *Segurança, Território, População*, São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M., 2009a, *O Nascimento da Medicina Social*, in: Foucault, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M., 2009b, *A Ordem do Discurso*, São Paulo: Loyola.
- Foucault, M., 2009c, *O Sujeito e o Poder*, in: Dreyfus, H. Rabinow, P., Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica, Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249.
- Foucault, M., 2010, *História da Sexualidade 1: A Vontade do Saber*, Rio de Janeiro: Graal.
- Locke, J., 2005, *Dois Tratados Sobre o Governo*, São Paulo: Martins Fontes.
- Magnusson, L., 2009a, *Mercantilism*, in: Samuels, W.J., Biddle, J.E., Davis, J.B. *A Companion to the History of Economic Thought*, Oxford: Blackwell Publishing, p. 46-60.
- Mokyr, J., 2009, *The Enlightened Economy: Britain and the Industrial Revolution: 1700-1850*, New York: Penguin Books.

D. Guizo, I. Vigo de Lima - *Por uma Genealogia Foucaultiana da Economia Política
Clássica: Adam Smith e o Nascimento da Biopolítica*

Smith, A., 1978, *Lectures on Jurisprudence*, Indianapolis: Liberty Fund.

Veiga-Neto, A., 2005, *Governo ou Governamento*, Currículo sem Fronteiras, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 79-85.

Smith, A., 2003, *A Riqueza das Nações*, São Paulo: Martins Fontes, v. 1, v. 2.

Young, J., 2005, *Unintended Order and Intervention: Adam Smith's Theory of the Role of the State*, History of Political Economy, Durham, v. 37, p. 29.

White, M., 2009, *Adam Smith and Immanuel Kant: On Markets, Duties, and Moral Sentiments*, Forum for Social Economics, New York, v. 39, 294p.